

Brasil Bio Fuels S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Brasil Bio Fuels S.A.

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Bio Fuels S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Bio Fuels S.A. e suas controladas, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em prejuízo bruto consolidado de R\$82.144, prejuízo líquido de R\$448.307. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui um de capital circulante líquido consolidado negativo de R\$507.679 e possui uma dívida consolidada de R\$782.042 referente a empréstimos, financiamentos e debêntures, além de obrigações tributárias e trabalhistas vencidas e não pagas de fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 35 “a)”, em 24 de janeiro de 2025, a Companhia foi notificada judicialmente quanto ao ajuizamento de ação de execução da dívida por um de seus credores financeiros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas pela administração com base no pressuposto da continuidade operacional e, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.1, a administração entende que há incerteza relevante quanto a capacidade da companhia em continuar operando e que a continuidade operacional da companhia depende da execução e eficácia das renegociações das dívidas junto aos credores e melhoria de seu desempenho operacional.

Conseqüentemente, devido às múltiplas incertezas relacionadas à implementação dos planos da Administração, associadas ao ajuizamento de ação de execução da dívida por credor, e que não estão sob o controle da companhia, e considerando que estas múltiplas incertezas, em conjunto, são significativas para as demonstrações financeiras como um todo, incluindo seus possíveis efeitos pervasivos e cumulativos, estas circunstâncias não nos permitem, neste momento, reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade operacional utilizado pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados, os passivos liquidados e por qual montante, bem como se as divulgações realizadas são adequadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, pois não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Bio Fuels S.A. e suas controladas, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, e, portanto, não efetuamos procedimentos sobre a consistência das informações constantes em outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

No entanto, devido às limitações de escopo descritas anteriormente, não conseguimos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 28 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Hudson Souza Martins
Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	154	32.145	5.273	44.302	Fornecedores	18	51.705	63.761	208.639	187.996
Depósitos bancários vinculados	5	22	2.631	22	2.631	Debêntures não conversíveis em ações	19	3.451	197.191	3.451	197.191
Contas a receber	6	13.482	9.548	35.090	37.804	Empréstimos e financiamentos	20	322.603	157.365	380.094	251.003
Estoques	7	9.643	27.663	31.971	50.475	Obrigações tributárias	21	25.536	4.057	65.572	18.249
Ativo biológico	8	13.302	14.316	174.411	228.846	Obrigações trabalhistas	22	28.353	8.705	73.044	36.099
Impostos a recuperar	9	6.214	349	17.243	17.633	Arrendamento	17	-	-	10.238	11.051
Outros créditos	10	6.516	14.683	26.764	28.282	Adiantamento de clientes	26 (i)	1.622	1.335	23.829	82.530
		49.333	101.335	290.774	409.973	Outras obrigações	23	41.111	11.228	50.241	15.069
Ativos mantidos para venda	11	-	-	16.655	17.900	Total do passivo circulante		474.381	443.642	815.108	799.188
Total do ativo circulante		49.333	101.335	307.429	427.873						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Estoques	7	2.411	-	26.644	26.312	Fornecedores	18	24.583	-	68.310	-
Impostos a recuperar	9	-	-	4.987	-	Debêntures não conversíveis em ações	19	211.853	-	211.853	-
Outros créditos	10	1.013	274	18.810	8.302	Empréstimos e financiamentos	20	109.840	247.184	186.644	285.260
Partes relacionadas	13	64.401	56.672	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	196.437	196.437
Investimentos	14	1.074.545	1.287.675	-	-	Partes relacionadas	13	272.120	207.016	325	1.045
Imobilizado	15	710.171	732.346	1.505.074	1.581.871	Provisão para riscos	24	1.232	16	44.367	29.861
Plantas portadoras	16	159.833	156.714	691.674	715.136	Provisão perda investimentos	14	30.264	20.082	-	-
Direito de uso	17	-	-	7.383	14.766	Obrigações tributárias	21	2.223	12.237	7.290	27.716
Intangível		22.776	19.641	23.807	21.685	Arrendamento	17	-	-	-	8.065
Total do ativo não circulante		2.035.150	2.253.322	2.278.379	2.368.072	Adiantamento de clientes	26 (i)	-	-	93.903	15.347
						Outras obrigações	23	972	19.232	4.562	27.710
						Total do passivo não circulante		653.087	505.767	813.691	591.441
						Capital social	25	1.032.723	1.032.723	1.032.723	1.032.723
						Reserva legal	25	26.545	26.545	26.545	26.545
						Reserva de incentivos fiscais	25	7.405	7.405	7.405	7.405
						Reserva de orçamento de capital	25	526.735	526.735	526.735	526.735
						Reserva especial	25	159.000	159.000	159.000	159.000
						Prejuízos acumulados		(795.393)	(347.160)	(795.393)	(347.160)
						Patrimônio líquido dos proprietários da controladora		957.015	1.405.248	957.015	1.405.248
						Participação dos não controladores		-	-	(6)	68
						Total do patrimônio líquido		957.015	1.405.248	957.009	1.405.316
TOTAL DO ATIVO		2.084.483	2.354.657	2.585.808	2.795.945	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.084.483	2.354.657	2.585.808	2.795.945

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	111.387	93.717	608.446	845.696
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	27	(169.287)	(118.636)	(690.590)	(891.361)
PREJUÍZO BRUTO		(57.900)	(24.919)	(82.144)	(45.665)
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	27	(3.653)	(23.270)	(63.092)	(92.170)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(13.430)	70.204	(64.706)	45.400
Equivalência patrimonial	14	(223.314)	(297.719)	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(298.297)</u>	<u>(275.704)</u>	<u>(209.942)</u>	<u>(92.435)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	28	(149.986)	(72.869)	(240.867)	(110.831)
Receitas financeiras	28	50	1.413	2.502	4.566
		<u>(149.936)</u>	<u>(71.456)</u>	<u>(238.365)</u>	<u>(106.265)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>	<u>(448.307)</u>	<u>(198.700)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	12 (b)	-	-	-	(148.467)
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>	<u>(448.307)</u>	<u>(347.167)</u>
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>	<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>
Não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(74)</u>	<u>(7)</u>
		<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>	<u>(448.307)</u>	<u>(347.167)</u>
Média ponderada das ações		6.055.973	6.055.973	6.055.973	6.055.973
Prejuízo do período por ação		(74,02)	(57,33)	(74,02)	(57,33)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PREJUÍZO DO PERÍODO	(448.233)	(347.160)	(448.307)	(347.167)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>	<u>(448.307)</u>	<u>(347.167)</u>
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS				
Acionistas controladores	(448.233)	(347.160)	(448.233)	(347.160)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(74)</u>	<u>(7)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>(448.233)</u>	<u>(347.160)</u>	<u>(448.307)</u>	<u>(347.167)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e cons

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros					Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos proprietários da controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para aumento de capital	Reserva de orçamento de capital	Reserva especial				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	25.a	132.723	26.545	7.405	900.000	526.735	159.000	-	1.752.408	75	1.752.483
Aumento do capital		900.000	-	-	(900.000)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	(347.160)	(347.160)	(7)	(347.167)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	25.a	<u>1.032.723</u>	<u>26.545</u>	<u>7.405</u>	<u>-</u>	<u>526.735</u>	<u>159.000</u>	<u>(347.160)</u>	<u>1.405.248</u>	<u>68</u>	<u>1.405.316</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	25.a	1.032.723	26.545	7.405	-	526.735	159.000	(347.160)	1.405.248	68	1.405.316
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(448.233)	(448.233)	(74)	(448.307)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	25.a	<u>1.032.723</u>	<u>26.545</u>	<u>7.405</u>	<u>-</u>	<u>526.735</u>	<u>159.000</u>	<u>(795.393)</u>	<u>957.015</u>	<u>(6)</u>	<u>957.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITAS					
Venda de produtos e serviços	26	123.633	103.917	650.087	914.746
Perdas (reversões) de créditos esperadas	6	-	(14)	130	(1.687)
TOTAL		123.633	103.903	650.217	913.059
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(80.550)	(62.178)	(180.765)	(248.165)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(44.394)	(39.946)	(104.819)	(104.210)
Ociosidade de produção		-	-	(24.123)	-
Perda / Recuperação de valores ativos		-	-	-	(1.470)
Outros		-	(129)	-	(1.080)
TOTAL		(124.944)	(102.253)	(309.706)	(354.925)
Valor adicionado bruto		(1.311)	1.650	340.511	558.134
Depreciação, amortização e exaustão		(37.801)	(21.771)	(291.989)	(401.548)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(39.112)	(20.121)	48.522	156.586
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial		(223.314)	(297.719)	-	-
Receitas financeiras		50	1.413	2.502	4.566
Outras despesas (receitas) líquidas		34.541	120.438	(9.359)	80.556
TOTAL		(188.723)	(175.868)	(6.857)	85.122
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(227.835)	(195.989)	41.665	241.708
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL E ADMINISTRADORES					
Remuneração direta	27	30.286	35.415	61.428	151.298
Benefícios	27	13.647	19.652	106.353	85.842
F.G.T.S	27	3.425	3.648	14.130	17.589
TOTAL		47.358	58.715	181.911	254.729
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES					
Federais	27	17.344	8.389	49.671	187.465
Estaduais	27	1.149	648	3.201	4.343
Municipais	27	317	218	457	560
TOTAL		18.810	9.255	53.329	192.368
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS					
Juros, variações cambiais e monetárias	28	149.986	72.869	237.798	105.862
Despesas de aluguéis	27	4.247	10.332	13.868	30.947
Arrendamentos	28	-	-	3.066	4.969
TOTAL		154.233	83.201	254.732	141.778
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO					
Prejuízo do período		(448.236)	(347.160)	(448.233)	(347.160)
Participação dos não controladores		-	-	(74)	(7)
TOTAL		(448.236)	(347.160)	(448.307)	(347.167)
Valor adicionado total distribuído		(227.835)	(195.989)	41.665	241.708

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(448.233)	(347.160)	(448.307)	(347.167)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	148.467
Depreciação e amortização	27	26.047	21.771	114.077	114.827
Ativo biológico amortização/exaustão	27	12.710	-	185.847	286.721
Baixa de imobilizado e intangível	15	10.056	24.456	20.913	32.938
Efeito líquido da renegociação do arrendamento		-	-	-	(8.064)
Resultado de equivalência patrimonial	14	223.314	297.719	-	-
Juros sobre Antecipação de títulos		-	-	20.927	-
Provisão/Reversão para perdas nos estoques	7	1.340	-	10.224	470
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	-	14	(130)	1.688
Juros provisionados	28	129.239	63.322	172.940	85.596
Provisão (reversão) para riscos	24	1.216	16	14.506	(870)
		(44.311)	60.138	90.997	314.606
Variações nas contas de ativo:					
Depósitos bancários vinculados		2.609	(2.631)	2.609	(2.631)
Contas a receber		(3.934)	175	2.844	(175)
Estoques		14.269	(18.319)	7.948	1.355
Impostos a recuperar		(5.865)	6.544	(4.597)	8.949
Partes relacionadas		(7.729)	(10.185)	-	-
Outros créditos		7.428	(10.578)	(8.990)	(10.798)
		6.778	(34.994)	(186)	(3.300)
Variações nas contas de passivo:					
Fornecedores		8.762	27.177	75.882	71.690
Obrigações tributárias		11.465	5.546	26.897	15.875
Obrigações trabalhistas		19.648	1.818	36.945	4.919
Partes relacionadas		65.824	188.219	-	2.079
Adiantamento de clientes		287	1.335	(1.072)	64.502
Outras obrigações		11.622	23.317	12.024	10.923
		117.608	247.412	150.676	169.988
Caixa gerado pelas atividades operacionais		80.075	272.556	241.487	481.294
Juros pagos	17, 19 e 20	(47.108)	(85.585)	(55.072)	(105.789)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		32.967	186.971	186.414	375.505
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao imobilizado, planta portadora, direito de uso e intangível		(20.034)	(193.888)	(28.618)	(301.401)
Adições de ativo biológico	8	(11.696)	(14.316)	(131.412)	(228.846)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(31.730)	(208.204)	(160.030)	(530.247)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.860	148.853	1.910	246.076
Mútuo com partes relacionadas		(720)	1.000	(720)	1.000
Pagamento de arrendamento		-	-	(8.878)	(2.321)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(34.368)	(99.739)	(57.726)	(154.223)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(33.228)	50.114	(65.414)	90.532
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(31.991)	28.881	(39.029)	(64.210)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		32.145	3.264	44.302	108.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		154	32.145	5.273	44.302
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(31.991)	28.881	(39.029)	(64.210)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO

1.1. Operações gerais

A Brasil Bio Fuels S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), é uma Companhia aberta (Categoria B), sem ações negociadas em bolsa de valores, constituída em 11 de abril de 2008, com sede na Rod. BR 210, Gleba Jauapedri, Sitio Boa União - Município de São João da Baliza, Estado de Roraima.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou no período findo em 31 de dezembro de 2024 prejuízo consolidado de R\$448.307 (R\$347.167 em 31 de dezembro de 2023), geração de caixa operacional consolidado de R\$185.695 (R\$375.505 em 31 de dezembro de 2023), e margem bruta negativa de R\$82.144, e possui no consolidado, em 31 de dezembro de 2024, R\$782.042 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$733.454 em 31 de dezembro de 2023), capital circulante líquido negativo de R\$507.679 (R\$371.315 em 31 de dezembro de 2023) obrigações tributárias e trabalhistas vencidas e não pagas.

Conforme divulgado a nota explicativa 19, em 17 de outubro de 2024 foi realizado a Assembleia Geral de Debenturistas, ao qual ratificou o 4º aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que incluem novos termos, incluindo prazos de pagamentos, carência, juros e novos “covenants” financeiros e não financeiros. Nas datas bases de 31 de dezembro de 2023, antes da ratificação das alterações aprovadas na Assembleia Geral de Debenturista supramencionada, a Companhia não cumpriu determinadas cláusulas restritivas (“covenants” financeiros) de debêntures, e não obteve “waiver”, sendo declarado o vencimento antecipado.

Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 20 (i), a Companhia teve determinada dívida executada por credor e não renegociada, assim como outras que foram executadas por diversos credores, mas que Companhia alcançou acordo de renegociações posteriores.

A Administração entende que a Companhia e suas controladas apresentam situação operacional e financeira complexa, conforme apresentado abaixo:

- a) Elevado nível de endividamento no curto prazo.
- b) Atual patamar de preços internacionais do óleo em níveis considerados como abaixo do padrão de melhor rentabilidade.
- c) Baixa produtividade de cacho de fruta fresca na área de plantio em razão da seca na última temporada de chuvas;

- d) Dificuldade na obtenção de novas linhas de financiamento para conclusão de projetos de longo prazo. A dificuldade foi imposta pela recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH de nº 16 datada de agosto de 2023, que recomendou as instituições financeiras a suspensão de concessão de linhas de crédito em favor da Companhia, bem como que novas linhas não fossem concedidas. Esse ato administrativo (Recomendação nº 16 do CNDH) é objeto de ação judicial aforada pela Companhia, processo nº 1023443-92.2024.4.01.3900, em trâmite perante o MM. Juízo da 01ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Belém/PA. Naquele processo, aos 04/07/2024. Em 4 de outubro de 2024, foi deferida antecipação de tutela de urgência para sustar os efeitos da referida recomendação, a fim de que a Recomendação não mais viesse a produzir efeitos até o final julgamento do processo. Atualmente, o processo está em tramitação iniciando a fase de instrução com a especificação de provas pelas partes.
- e) A Administração informa que a Companhia não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2024 ou até a data de divulgação destas demonstrações financeiras.

Em 8 de fevereiro de 2024 os acionistas deliberaram e autorizaram os membros da Administração da Companhia a realizar pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial. A Companhia, até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ingressou com pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como nenhum pedido de falência foi decretado contra a Companhia.

A Companhia ingressou com a tutela de urgência cautelar antecedente com o objetivo da interrupção temporária dos atos de constrição judiciais e extrajudiciais, bem como a determinação da impossibilidade de decretação/declaração de vencimento antecipado dos contratos de financiamentos essenciais, durante as negociações da mediação ou pelo prazo legal definido em lei de 60 (sessenta) dias com vistas a evitar a necessidade de pedido de recuperação judicial. A medida foi deferida em 20 de fevereiro de 2024, pelo MM. Juízo da 02ª Vara das Recuperações Judiciais e Falências de São Paulo/SP. A Companhia obteve o deferimento do pedido, nos termos da Lei nº 11.101/05 e, portanto, os pagamentos das parcelas das dívidas estavam suspensos e não foram realizados pela Companhia e pelas controladas nas datas contratuais originais. O prazo legal encerrou-se em 20 de abril de 2024 e diante da continuidade das negociações envolvendo alguns credores, a Companhia, no dia 20 de maio de 2024, requereu a prorrogação do prazo legal para continuidade das negociações com esses credores. Sem apreciar o pedido de extensão de prazo formulado, em 11 de julho de 2024, a tutela cautelar foi extinta sem julgamento do mérito. Diante de tal decisão, a Companhia opôs embargos de declaração que ainda não foram apreciados pelo MM. Juízo. Contudo, a Companhia continua empenhando esforços nas negociações com os credores, e, portanto, não possui atualmente nenhuma proteção contra os credores.

Apesar da sentença de extinção da medida cautelar, a qual foi objeto de oposição de Embargos de Declaração, a Administração e seus assessores jurídicos têm mantido rodadas de negociações com seus credores, incluindo fornecedores e já alcançou acordos com uma parcela de seus credores no montante R\$636.132, representando cerca de 56%, do montante total a ser negociado. Como parte de acordo com os debenturistas, exclusivamente para os credores dos projetos de energia, a Companhia e os credores ajustaram a necessidade de manutenção e continuidade da operação dos projetos de geração de energia, conseqüentemente, adequando a interpretação do Contrato de Cessão Fiduciária, implementando um mecanismo de cascata de contas, pela qual a totalidade do fluxo de recebimento da venda de energia, das UTE's dos estados do Acre e Baliza (RR), até Janeiro de 2031, respeitará a metodologia: (i) pagamento das despesas de manutenção e operação das UTE's (Usinas Termelétricas); (ii) pagamento da parcela de juros e amortização da dívida, quando aplicável, dependendo da negociação; e, (iii) saldo remanescente destinado à Companhia.

A Administração tem envidado e continuará a envidar esforços para equalizar a continuação operacional da Companhia, mediante uma combinação de estratégias que compreendem principalmente:

- (i) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional da Companhia. Tal fluxo de caixa operacional, isoladamente, não seria suficiente para honrar empréstimos e financiamentos vincendos nos próximos 12 meses, ainda não renegociados.

Readequação de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores (Bancos, debenturistas, fornecedores etc.), com extensão dos prazos originalmente contratados. Obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo BBF e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de “waivers”, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados.
- (ii) Resolução Administrativa junto ao órgão regulador do setor elétrico, permitindo que alguns fornecedores sejam pagos diretamente pela Câmara de Comércio de Energia Elétrica (“CCEE”) já em vigor.
- (iii) Redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na operação da Companhia.
- (iv) Redução dos custos sem impactar a operação da Companhia.
- (v) Discussão judicial por meio de embargos à execução judicial aforada por credor, conforme nota explicativa 35 a)

Neste contexto, para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

Considerações da Administração

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional, e contemplam a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Adicionalmente, as negociações em andamento junto aos credores poderão impactar materialmente os valores e as classificações de ativos e passivos registrados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais não contemplam nenhum ajuste relacionado a recuperabilidade de ativos ou mensuração de passivos ou quaisquer outros ajustes que possam ser necessários caso a Companhia não continue operacional.

A continuidade operacional da Companhia está sujeita ao: (i) sucesso das negociações em andamento junto aos credores; (ii) da implementação dos planos acima descritos; (iii) quitação de obrigações trabalhistas e tributárias e; (iv) outras medidas em relação ao contrato junto ao banco BASA/BTG e determinados fornecedores, junto aos quais não existem negociações em curso. Embora Administração continue perseguindo e envidando os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima, não há garantia de que a Companhia terá êxito, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, incerteza relevante sobre o sucesso delas. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional das empresas da Companhia, existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional cujos planos da Administração para mitigar e aliviar a atual situação operacional e financeira complexa depende, principalmente, da renegociação de dívidas com fornecedores e credores.

As informações ora apresentadas foram preparadas no pressuposto que a Companhia irá continuar operando normalmente.

1.3. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto principal a atuação na geração e distribuição de energia elétrica, fabricação e comércio de biocombustíveis de origem vegetal e animal e outros negócios. Com o propósito de produzir energia e substituição gradativa do diesel fóssil pelo biodiesel para o desenvolvimento sustentável e ecologicamente correto da região Norte do Brasil, junto de sua subsidiária integral Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel do Amazonas Ltda., consolidou seus investimentos em 28 Unidades Termelétricas - UTE's, sendo 4 localizadas no estado do Acre, 12 em Rondônia, 6 no Amazonas, 2 em Roraima e 4 no Pará, consolidando com isso sua base de atuação no setor.

A Companhia continua em seu propósito de verticalização de suas atividades, através do incremento no plantio da Palma de Dendê, aquisição de novas terras, tecnologias para formação de ativo biológico, otimização das operações das UTE's, implantação da planta de esmagamento e futura utilização dos frutos da palma de dendê na geração do óleo vegetal, o qual será utilizado como matéria prima para produção do biodiesel e destinação alimentar, estando portanto, o negócio agroindustrial em fase avançada de consolidação dos investimentos.

A seguir está comentado o negócio de cada empresa controlada e suas principais informações:

1. Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. constituída em 2 de maio de 2007. Atua, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado de Rondônia e na geração de energia.
2. Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., empresa dormente, constituída em 22 de julho de 2013. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Acre.
3. Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazonia Ltda., empresa dormente, constituída em 19 de setembro de 2016. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Amazonas.
4. Brasil Bio Fuels Pará II S.A., empresa em fase pré-operacional, constituída em 1º de setembro de 2021. Atuará na geração de energia no estado do Pará.
5. Brasil Bio Fuels Pará Ltda. constituída em 29 de outubro de 2020. Atua como "holding" sendo a controladora da BBF RIC e não tem outras atividades.
6. Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. constituída em 15 de dezembro de 2006, anteriormente denominada "Biopalma S.A." subsidiária integral da Vale S.A. Atua, principalmente, com a produção e comercialização do óleo de palma no estado do Pará.
7. Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 7 de junho de 2021. Atuará na produção e comercialização do etanol de milho no estado de Rondônia.
8. BBF Transportes Fluviais Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 4 de maio de 2022. Atuará no transporte fluvial do óleo de palma na bacia amazônica no estado do Amazonas.

9. BBF São João da Baliza Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 15 de junho de 2021. Atuará na produção de energia na UTE de Baliza no estado de Roraima.
10. BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. Constituída em 9 de junho de 2021, empresa em fase pré-operacional. Atuará na produção de energia na UTE de São Joaquim no estado de Roraima.
11. BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. constituída em 4 de dezembro de 2013. Atua na produção e comercialização de óleo de soja e derivados no estado do Pará.
12. Brasil Bio Fuels Acre S.A., empresa em fase pré-operacional constituída em 30 de setembro de 2021. Atuará na geração e comercialização de energia no estado do Acre.
13. BBF Energia do Pará Ltda., empresa em fase pré-operacional constituída em 12 de agosto de 2021. Atuará na produção e comercialização do HVO e SAF combustíveis que serão utilizados nas aeronaves.
14. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia, empresa em fase pré-operacional constituída em 20 de julho de 2015. Atuará como Consórcio em parceria com a empresa Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.
15. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre constituída em 29 de junho de 2015 e atua como Consórcio em parceria com a empresa Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.
16. Consórcio BBF Energia Rondônia constituída em 3 de setembro de 2021. Atua como Consórcio em parceria com as partes relacionadas Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM nº 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.3. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/norma internacional IAS 7, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os juros capitalizados são apresentados na atividade de investimentos e não na atividade operacional.

2.4. Segmento de negócios

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais as informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios internos e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases nos segmentos de Óleo de Palma, Energia e Outros, na perspectiva da Administração estes são os seus segmentos.

A Administração agrupou, no segmento Outros, negócios com menor volume de receita, custos e os gastos que não podem ser diretamente atribuídos ao negócio como Óleo de Palma e Energia, sendo que estes, em individual ou em conjunto, não são relevantes para as tomadas de decisão dos usuários internos da informação.

2.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, sendo apresentadas as informações do grupo econômico, em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Controle sobre essas entidades é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades:

		% Participação	
		31.12.24	31.12.23
1 - Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. (“Amazonbio”)	Direta	99,67%	99,67%
2 - Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. (“Amazonbio Acre”)	Direta	99,99%	99,99%
3 - Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazônia Ltda. (“Amazonbiodiesel”)	Direta	99,99%	99,99%
4 - Brasil Bio Fuels Pará II S.A. (“BBF Pará II”)	Direta	100,00%	100,00%
5 - Brasil Bio Fuels Pará Ltda. (“BBF Pará”)	Direta	100,00%	100,00%
6 - Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. (“BBF RIC”)	Indireta	100,00%	100,00%
7 - Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda. (“BBF Ethanol”)	Direta	100,00%	100,00%
8 - BBF Transportes Fluviais Ltda. (“BBF Transportes”)	Direta	100,00%	100,00%
9 - BBF São João da Baliza Ltda. (“BBF Baliza”)	Direta	100,00%	100,00%
10 - BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. (“BBF São Joaquim”)	Direta	100,00%	100,00%
11 - BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. (“BBF Agro”)	Direta	99,99%	99,99%
12 - Brasil Bio Fuels Acre S.A. (“BBF Acre”)	Direta	100,00%	100,00%
13 - BBF Energia do Pará Ltda. (“BBF Pará III”)	Indireta	100,00%	100,00%
14 - Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia. (“BBF Rondônia”)	Direta	100,00%	100,00%
15 - Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre. (“BBF Acre II”)	Indireta	100,00%	100,00%
16 - Consórcio BBF Energia Rondônia.	Direta	100,00%	100,00%

A parte do patrimônio líquido das controladas não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora (“Participação de Não Controladores”) é apresentada no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora, assim como a participação no resultado do exercício não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora (“Resultado atribuível a não controladores”). As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o período e exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor, e com vencimentos no prazo de três meses ou menos da data da contratação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, os quais se aproximam do seu valor justo e não excedem o seu valor de realização.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa de perdas de crédito esperadas (“impairment”).

A Companhia efetua regularmente análise histórica de seus recebíveis com o objetivo de aprimorar o cálculo das perdas estimadas, que considera o risco da indústria, histórico de perdas e riscos de créditos associado a cada faixa de vencimentos, além de incluir no valor da estimativa o valor integral dos saldos vencidos com base na norma internacional IFRS 9.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição e reduzidos ao seu valor líquido de realização, caso seja menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda e a distribuição dos estoques.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos com margem negativa, produtos obsoletos, materiais com prazo de validade expirados ou próximo da data de expiração e materiais fora dos parâmetros de qualidade ou danificados.

A Companhia e suas controladas avaliam os materiais com giro lento (considerando os itens sem movimento acima de 12 meses), para os quais efetua a segregação no não circulante.

2.9. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida. Os investimentos do Grupo nas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio/deságio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

2.10. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e estão líquidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Planta portadora Palma de Dendê (nota explicativa nº 2.12)	30 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

2.11. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas, correspondem aos cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF), aos quais o estágio de sua transformação biológica permite uma mensuração dos volumes de forma confiável. Os ativos biológicos são utilizados como matéria prima no processo de produção de óleo de palma e derivados.

Para a determinação do seu valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (“income approach”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas a cada data de reporte. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecida na rubrica custo dos produtos vendidos. As premissas significativas estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Para determinação do valor de mercado do CFF, a Companhia aplicou técnica de mensuração alternativa por meio da derivação do preço sintético do óleo bruto de dendê (principal produto agrícola derivado do esmagamento e refino do óleo de dendê e com cotação pública), considerando como o mercado primário o mercado de Roterdã, devido ao volume de negociações, a Companhia tomou como referência a cotação de óleo de palma na bolsa de Roterdã, ajustadas ao local em que o ativo se encontra.

A qualidade e rendimento do fruto é influenciada por uma série de fatores, sendo os mais preponderantes, o nível de investimento efetuado no trato cultural, idade da planta, técnica de colheita e velocidade no processamento do CFF pela indústria.

Além disso, os ativos biológicos não foram dados em garantias, assim como também não possuem seguro contra incêndio ou outra intempérie climática.

2.12. Planta Portadora

A planta portadora é representada pela palmeira de azeite de dendê. Tais ativos são plantadas em terras de propriedade do Grupo BBF e estão localizadas na região norte do Brasil, especialmente nos Estados do Pará e Roraima. Na busca por um equilíbrio na qualidade, resistência a fatores climáticos adversos e rentabilidade na produção do CFF, o Grupo optou pelo plantio e diversificação de suas variedades (asiáticas, africanas e brasileiras) na área de plantio. A palmeira de dendê inicia o ciclo de produção comercial por volta do 4º ano de plantio, elevando sua produtividade gradativamente até o 9º ano e mantendo produção economicamente viável até 30º ano, momento em que a Companhia avaliará e decidirá quanto a reforma da área de plantio. Todos os custos diretos e indiretos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros, até a data de plantio são contabilizados ao custo da planta portadora, conforme incorrido.

A Administração com base na vida útil estimada considerou a depreciação linear ao percentual de 3,33% a.a., iniciado quando o talhão/parcela atinge a viabilidade econômica para colheita e com duração até o fim da vida econômica da planta, atualmente esperado para o 30º ano.

Não há seguro contratado e/ou garantia quanto ao ressarcimento do Grupo na eventualidade de perda da plantação por eventos adversos, tais como incêndios, alagamentos ou pragas.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

2.13. Arrendamentos

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, risco país e moeda. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais devem proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A aplicabilidade da norma internacional IFRS 16/pronunciamento técnico CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Classificação e mensuração

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao seu valor de custo, considerando o prazo do contrato já firmado e ainda se há intenção de renovação posterior. Estes ativos geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor, considerando contratos anuais de R\$50 mil, são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo menor que 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática e pequenos equipamentos.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ativos circulantes e não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de “impairment”, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no seu menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC), considerando a similaridade dos produtos e serviços prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerado. O acompanhamento e gerenciamento da Companhia sobre os seus fluxos de caixa gerado é de acordo com os segmentos definidos pela Companhia. Estas definições são efetuadas e revisadas de forma corporativa, por segmento no menor nível de fluxo de caixa, ou seja, é possível afirmar que os segmentos em que os relatórios são preparados e as decisões da Companhia são tomadas a nível de segmento é a menor unidade geradora de caixa - UGC para avaliação de indicadores de perda por valor recuperável.

A avaliação da necessidade de teste de “impairment” é realizada em períodos anuais, ao final de cada exercício, exceto na existência de algum indicador de “impairment” que a Companhia venha a identificar o que a obrigaria a elaborar um teste de “impairment” intermediário para os ativos de vida útil definida. O valor recuperável de uma operação é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração (Plano Estratégico da Companhia) para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada operação.

As projeções de fluxo de caixa consideram todas as características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis são efetuados, tais como o nível de investimento e os retornos (de médio e longo prazos), além do eventual redirecionamento de ativos para novos negócios. Estes fluxos são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto compatível com o mercado e que reflita a expectativa de retorno dos investidores.

Na existência de um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma operação, seu valor é proporcionalizado em função dos ativos líquidos da Companhia e reconhecido em sua totalidade na operação sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, ao valor justo, os empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a juros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.17. Provisões

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece nenhuma provisão.

2.18. Tributos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incidentes na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As controladas BBF RIC e Amazonbio possuem incentivo tributário para o ICMS, instituído pela Lei nº 1.558 de 26 de dezembro de 2005, conforme Ato Concessório nº 003/2011/Conder, com redução de 95% e 85%, respectivamente, da base incentivado, além de incentivo com a redução da base do IRPJ em 75% referente a implantação de empreendimento industrial na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência, ambos respeitando as regras de adições e exclusões para apuração do lucro real. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias, saldo de prejuízo fiscal e saldo de base negativa de contribuição social na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seu valor contábil.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças, créditos ou prejuízos fiscais dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a realização das diferenças temporárias dedutíveis, bem como o uso de créditos tributários e prejuízos fiscais não utilizados.

O valor contábil de imposto diferido ativo é revisto a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na alíquota de imposto que se espera aplicar no exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido quando houver o direito legal de compensar imposto diferido ativo com imposto diferido passivo e quando os impostos diferidos se refiram à mesma entidade tributada e estejam sujeitos à mesma autoridade fiscal.

Os incentivos fiscais aos quais reduzem a carga tributária de imposto de renda e contribuição social correntes nas controladas são registrados quando incorridos e foram alocados em rubrica de reserva de subvenção na demonstração do patrimônio líquido e não estão disponíveis para distribuição aos acionistas como dividendos.

2.19. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e dos fretes sobre vendas, bem como das eliminações das vendas entre Companhias controladas.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos, mercadorias e energia são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência, sendo reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho e quando o controle, risco e benefícios são transferidos ao cliente em suas instalações. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) Identifica os contratos com os clientes.
- (ii) Identifica as diferentes obrigações do contrato.
- (iii) Determina o preço da transação.
- (iv) Aloca o preço da transação as obrigações de performance.
- (v) Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

2.20. Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do respectivo Estado e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.21. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos patrimoniais

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

“Impairment”

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 48/norma internacional IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, considerando eventuais negociações com os clientes e histórico de recebimentos.

“impairment” de ativos financeiros*Ativos mensurados ao custo amortizado*

O Grupo avalia, na data de cada balanço, a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros deteriorados e suas perdas por “impairment” incorridas, somente serão reconhecidas se houver evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos. Após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) apresentar impacto no fluxo de caixa futuro o seu valor será estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não serão incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo será reduzido e o valor do prejuízo reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” será a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderá mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.22. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e atualização de impostos a recuperar.
- Despesas de juros com partes relacionadas.
- Despesas com descontos concedidos.
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos a recolher.
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.23. Circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

- (iv) A entidade não tem direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período do relatório.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

2.24. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/norma internacional IAS 33, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

2.25. Ativos mantidos para a venda

Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

A Administração espera que a venda se concretize em até doze meses, a partir da assinatura do contrato de compra e venda.

2.26. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. O Grupo não possui benefícios pós-emprego.

2.27. Normas contábeis novas e alteradas.

2.27.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 26 (IAS 1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/24
CPC 6 (R2) / IFRS 16	Arrendamentos	01/01/24
CPC 3 (R2) / IAS 7 e CPC 40 (R1) / IFRS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/24

2.27.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	<p>As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível.</p> <p>Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.</p>	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	<p>A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	01/01/2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18 /CPC 3 (R2). - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>As O IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas.</p> <p>Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.</p>	01/01/2027
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de “pagamentos exclusivamente de principal e juros” (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança).</p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.</p>	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os julgamentos, estimativas e as premissas contábeis aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem aos julgamentos, estimativas e as premissas contábeis aplicados na elaboração e divulgados nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A principal premissa relativa a estas fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro referem se ao seguinte:

a) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (“P.E.C.L.D”) de contas a receber de clientes são constituídas com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber de clientes.

b) Determinação do método de contabilização do ativo biológico e ciclo biológico da planta

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio de aplicação de premissas a modelos de fluxos de caixa descontado.

A Companhia aplica o tratamento contábil de ativos biológicos para os cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF) em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. O custo de produção dos estoques de produtos acabados e, por consequência, o custo dos produtos vendidos levam em conta a parcela do efeito a valor justo dos ativos biológicos na data da colheita da CFF. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: área plantada, produtividade por hectare, preço e custos de plantio e de manutenção dos florestais, gastos com frete, colheita e transporte.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final das questões subjacentes a essas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões para riscos, são constituídas para fazer face a toda potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Redução do valor recuperável (Impairment)

A Companhia elaborou o teste de recuperabilidade de seus ativos considerando as seguintes premissas e critérios:

- a) Segregação das unidades geradora de caixa entre Óleo de Palma e Energia;
- b) Estimativa do fluxo futuro de caixa gerado a partir do uso contínuo dos ativos para o Óleo de Palma, e no caso da Energia, foi projetado conforme prazo final de encerramento determinado pelos contratos os leilões;
- c) Volume de produção agrícola foi baseado na melhor estimativa de produtividade por hectare, idade e variedade das árvores, aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas, melhores práticas de manejo e normalidade das condições climáticas, esse último elemento é uma das premissas sobre a qual a companhia não tem controle.
- d) Volume de despacho de energia considerando a normalidade de consumo nas localidades em que as Usinas Termelétricas estão instaladas;
- e) Os preços, por sua vez, foram baseados no mercado futuro do Óleo de Palma na base CIF Roterdã e aplicadas as deduções conforme os contratos de venda. No caso da energia, tais preços foram determinados pelo mecanismo de precificação estabelecidos nos leilões; e por fim,
- f) Os fluxos futuros de caixa foram descontados pelo custo médio ponderado do capital.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	45	23.301	2.624	25.569
Aplicações financeiras	109	8.844	2.649	18.733
Total	154	32.145	5.273	44.302

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário CDB com remuneração entre 96% e 100% em 31 de dezembro de 2024, da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI, com possibilidade de resgate imediato, conversíveis em caixa, sem alteração de valor e em prazo menor de 90 dias após sua aplicação.

5. DEPOSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

Refere-se aos montantes retidos relativos à constituição de conta reserva de recursos equivalentes a uma parcela do valor dos serviços da dívida de debêntures no montante de R\$ 22 (R\$2.631 em 31 dezembro de 2023). Em 27 de fevereiro de 2024 a Opea Securitizadora S.A. optou pelo resgate do saldo para pagamento total da Debentures.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber produtos	2.598	982	20.008	25.840
Contas a receber energia elétrica	1.320	-	2.573	-
Venda de energia a faturar	9.578	8.580	20.399	19.984
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(14)	(14)	(7.890)	(8.020)
Total	13.482	9.548	35.090	37.804

Conforme resolução Administrativa junto ao órgão regulador do setor elétrico, permitindo que alguns fornecedores sejam pagos diretamente pela Câmara de Comércio de Energia Elétrica (“CCEE”). Ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$104.473 foi pago diretamente a fornecedores, tendo a compensação do respectivo conta a receber. Não existem cobranças da Companhia após essa compensação.

A composição por vencimento dos recebíveis é segregada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	9.825	9.051	22.235	32.296
Vencidos:				
De 01 a 30 dias	2.403	488	10.822	2.498
De 31 a 60 dias	533	9	1.118	1.548
De 61 a 90 dias	721	-	916	1.462
> 91 dias	14	14	7.889	8.020
Total	13.496	9.562	42.980	45.824

O saldo de contas a receber tem prazo médio de recebimento entre a vista e e 30 dias. Para o montante vencido, há um processo de cobrança e caso exista indicação de risco no recebimento os valores são inseridos no cálculo de perdas estimadas. Não há cobrança de juros sobre o saldo de contas a receber em atraso.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia possui estimativa de perdas conforme demonstrada abaixo em montante que julga ser suficiente para fazer frente às perdas de crédito esperadas.

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo 1º de janeiro	(14)	-	(8.020)	(6.332)
Provisões	-	(14)	-	(1.688)
Reversões	-	-	130	-
Saldo final	(14)	(14)	(7.890)	(8.020)

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados (i)	2.629	1.174	21.551	14.069
Gastos com energia (ii)	3.995	15.343	13.131	23.285
Almoxarifado (iii)	6.595	11.129	39.236	44.238
Produtos agrícolas	175	17	5.552	5.826
Total	<u>13.394</u>	<u>27.663</u>	<u>79.470</u>	<u>87.418</u>
Provisão para perdas (iv)	(1.340)	-	(20.855)	(10.631)
Total (v)	<u>12.054</u>	<u>27.663</u>	<u>58.615</u>	<u>76.787</u>
Circulante	9.643	27.663	31.971	50.475
Não circulante	2.411	-	26.644	26.312

(i) Representado por óleo de palma, óleo de palmiste e biodiesel.

(ii) Representado pelos insumos para produção de energia, óleo combustível e biomassa.

(iii) Representado por peças de reposição e materiais de manutenção.

(iv) Considerado nesse item o material de manutenção industrial com giro acima de 12 meses e a desvalorização do custo na realização via venda subsequente.

(v) Incluindo transferência de depreciação de imobilizado para custo de formação os valores de R\$957 na controladora e R\$7.935 no consolidado.

Movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo 1º de janeiro	-	-	(10.631)	(10.161)
Adições (i)	(1.340)	-	(10.224)	(3.658)
Reversões	-	-	-	3.188
Saldo final	<u>(1.340)</u>	<u>-</u>	<u>(20.855)</u>	<u>(10.631)</u>

(i) Referente a provisão dos produtos com margem negativa.

8. ATIVO BIOLÓGICO

A movimentação do valor justo no exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo 1º de janeiro	14.316	-	228.846	286.721
Adições por formação	11.696	14.316	131.412	228.846
Transferência de custo de formação	2.291	-	43.684	-
Amortização/exaustão	(15.001)	-	(229.531)	(286.721)
Saldo em 31 de dezembro	<u>13.302</u>	<u>14.316</u>	<u>174.411</u>	<u>228.846</u>
Representado por:				
CFF maduro	987	-	15.431	17.641
CFF não maduro	12.315	14.316	158.980	211.205

- a) Os ativos biológicos correspondem aos cachos de fruto fresco (“CFF”) da palmeira de dendê, bem como os produtos agrícolas em desenvolvimento (cachos de fruto verde). Quando colhidos são utilizados como matéria prima na produção do óleo de palma e de óleo de palmiste no momento da colheita.

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/norma internacional IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As premissas de produtividade (tonelada por hectare) e preço (real por tonelada), destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Período de transformação biológica onde a produção pode ser estimada de forma confiável, 30 dias.
- ii) A produtividade (tonelada por hectare) é estimada com base no volume de CFF esperado por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas agrícolas e de manejo florestal, fatores climáticos e de condições do solo.
- iii) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com tratamentos e manejos florestais, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico, acrescidos do custo de oportunidade das terras próprias.
- iv) Os preços de venda do óleo bruto de palma, foram baseados em cotações na bolsa de Roterdã.

	2024	2023
Produtividade por hectare por mês	1,40	1,29
Preço sintético do óleo de palma	CIF Roterdã	CIF Roterdã

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores climáticos, é realizado monitoramento meteorológico e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o departamento agrícola adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pis e Cofins a compensar	5.766	-	15.627	11.310
IRPJ, CSLL e IRRF a compensar	433	227	4.759	2.278
Outros impostos a compensar	15	122	1.844	4.045
Total	6.214	349	22.230	17.633
Circulante	6.214	349	17.243	17.633
Não circulante	-	-	4.987	-

- (i) A Companhia revisa seus créditos tributários periodicamente, compensando diretamente com os demais tributos federais. Os referidos créditos são reconhecidos conforme a aquisição de insumos e gastos ligados diretamente ao processo produtivo e compensados após o cumprimento dos requisitos junto a RFB. Os referidos créditos não possuem prazo de validade.

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a fornecedores (i)	4.736	13.117	24.027	22.565
Depósitos judiciais (ii)	1.013	274	18.771	7.716
Seguros a apropriar	1.252	1.434	1.398	1.785
Outros créditos	528	132	1.378	4.518
Total	7.529	14.957	45.574	36.584
Circulante	6.516	14.683	26.764	28.282
Não circulante	1.013	274	18.810	8.302

- (i) Valores referentes à aquisição futura de mercadorias, insumos e serviços para construções dos projetos em andamento.
- (ii) Depósitos judiciais trabalhistas realizados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, depositados em conta bancária antes da decisão final das ações.

11. ATIVOS MANTIDOS PARA A VENDA

Em 20 de dezembro de 2023 a controlada BBF Agro assinou contrato junto a terceiro, que consiste na alienação dos bens corpóreos e incorpóreos detidos pela Sociedade, para garantir o contrato celebrado entre a coligada e a compradora em 6 de dezembro de 2023.

No dia 28 de fevereiro de 2024 a compradora emitiu resposta no qual formaliza o exercício da opção de adquirir a totalidade dos ativos corpóreos e incorpóreos, mediante dação, como pagamento de parte do contrato firmado com a coligada, que depende da assinatura para ser considerado encerrado.

A Administração, diante da decisão da compradora, transferiu o valor líquido dos ativos não circulantes para o circulante. Abaixo resumo dos bens corpóreos e incorpóreos em 31 de dezembro de 2024:

Itens	Custo	(-) Depreciação	Líquido
Terrenos	1.100	-	1.100
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	8.602	(690)	7.912
Móveis e utensílios	56	(11)	45
Equipamentos de informática	83	(20)	63
Máquinas e equipamentos	8.916	(1.926)	6.994
Construção em andamento	55	-	51
Adiantamento a fornecedores	350	-	350
Total corpóreos	19.162	(2.647)	16.515
Sistemas processamento de dados	254	(114)	140
Total geral	19.416	(2.761)	16.655

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Origem do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social (3)	111.182	-	1.169.209	958.652
Provisão para riscos	18	-	14.666	10.147
Provisão de perda em estoques	-	-	4.076	3.615
Passivo de arrendamento	-	-	3.481	6.499
Outras diferenças temporárias	-	-	-	3.728
Imposto diferido ativo	111.200	-	1.191.432	982.641
Direito de uso	-	-	2.510	5.020
Custos do ativo biológico (1)	-	-	59.300	72.940
Compra vantajosa (2)	-	-	196.437	196.437
Outras diferenças temporárias	(3.252)	-	(1.002)	-
Imposto diferido passivo	(3.252)	-	257.245	274.397
Ativo circulante	107.948	-	1.128.620	904.681
Provisão de não realização do ativo diferido	(107.948)	-	(1.128.620)	(904.681)
Passivo circulante	-	-	196.437	196.437

- 1) O imposto diferido foi constituído devido anteriormente os custos de formação do ativo biológico terem sido alocados ao resultado e com a classificação para o ativo circulante gerou diferença na base tributária.
- 2) A aquisição da BBR RIC em 2020 gerou o ganho vantajoso que na base tributária é excluído e passa a ser tributado somente na alienação do investimento. Com isso foi gerado a diferença temporária entre as bases.
- 3) A Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.
- 4) O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos decorrentes de prejuízos fiscais é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pela Diretoria e considera o planejamento orçamentário para o período de 10 anos, bem como sua projeção estável a partir de 2024. Na elaboração dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utilizou premissas, tais como crescimento das receitas e margens de lucro e fatores macroeconômicos, além de considerar o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente. Para os créditos tributários decorrentes de provisões contábeis, a expectativa foi feita considerando a estimativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2024 a controlada BBR RIC possui R\$3.087.185(R\$2.897.168 em 31 de dezembro de 2023) de prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa da contribuição social para os quais não foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos, devido à baixa expectativa de realização nos próximos anos e os demais itens foram revertidos.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Itens	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(448.233)	(347.160)	(448.307)	(198.700)
IR e CS alíquota 34%	152.399	118.034	152.424	67.558
Equivalência patrimonial	(75.927)	(101.224)	-	-
Incentivo fiscal de ICMS não tributável	-	-	5.508	14.295
P.F e B.N não reconhecido	(76.472)	(16.810)	(157.932)	(63.400)
Provisão de não realização do ativo diferido	-	-	-	(174.682)
Reembolso de gastos não tributáveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	7.762
Total	-	-	-	(148.467)
Reconhecidos no resultado:				(148.467)
Receita (despesa) - diferido	-	-	-	-
Total	-	-	-	(148.467)
Alíquota efetiva			0,00%	75%

13. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	Ativo		Passivo			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Margareth Steagall (iii)	-	-	314	1.045	314	1.045
Milano do Brasil Comercial Ltda. (iv)	-	-	-	-	11	-
Amazonbiodiesel (i) (ii)	21.122	10.157	6.224	-	-	-
Amazonbio (i) (ii)		-	112.022	71.911	-	-
BBF RIC (ii)		-	87.074	134.060	-	-
BBF Agro (ii)	29.090	27.283		-	-	-
BBF Ethanol (ii)		5.095	66.486	-	-	-
BBF Pará II (ii)	13.322	13.273		-	-	-
BBF Energia do Para (ii)	26	27	-	-	-	-
BBF Transportes (ii)	59	55	-	-	-	-
Amazonbio Acre (ii)	782	782	-	-	-	-
Total	64.401	56.672	272.120	207.016	325	1.045

- (i) Referem-se a transações de compra e venda. Essas transações são efetuadas a preços firmados entre as partes em moeda local. Os saldos em aberto no encerramento do período/exercício não têm garantias e são liquidados através do contrato de conta corrente. Durante o período/exercício, não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receberem ou a pagar envolvendo partes relacionadas.
- (ii) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (iii) Contrato de mútuo firmado em 26 de outubro de 2023, no montante de R\$1.000 mil com remuneração de CDI + 8% ao ano.
- (iv) Contrato de mútuo firmado em 06 de março de 2024, no montante de R\$600 mil com remuneração de CDI + 8% ao ano.

Transações:

	Receita		Custo dos	
	operacional líquida		produtos vendidos	
	2024	2023	2024	2023
Amazonbiodiesel	-	1.285	-	(1.285)
BBF RIC	-	3.576	-	(3.576)
BBF S.A.	2.185	3.576	(2.185)	(3.576)
Amazonbio	10.420	-	(10.420)	-
Total	12.605	8.437	(12.605)	(8.437)

Compartilhamento despesas

A Companhia, em conjunto com outras entidades do Grupo compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais, qualificada como centro de serviços compartilhado. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhes são atribuídos.

Empresas	2024	2023
BBF S.A.	45.845	43.463
BBF RIC	(35.547)	(34.283)
Amazonbio	(10.298)	(9.180)
Total	-	-

Remuneração da Administração

A remuneração total dos executivos da Companhia totalizou R\$4.092 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.290 em 31 de dezembro de 2023). Esses benefícios de curto prazo são compostos basicamente de salários, contribuições para seguridade social, contribuições para previdência privada, encargos sociais, participação nos lucros (programa PLR) e bônus.

Não existe remuneração vinculada a benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

14. INVESTIMENTOS E PROVISÃO DE PASSIVO A DESCOBERTO

a) Informações sobre as investidas:

	% Participação		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) exercício		Equivalência		Saldo investimentos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Amazonbio Ind. e Com.	99,67%	99,67%	-	21.573	-	(1.273)	-	(1.269)	-	21.502
BBF Pará Ltda.	100,00%	100,00%	1.074.868	1.266.173	(191.305)	(285.021)	(191.305)	(285.021)	1.074.868	1.266.173
BBF Energia do Pará	100,00%	100,00%	2	-	1	-	1	-	2	-
			<u>1.074.870</u>	<u>1.287.746</u>	<u>(191.304)</u>	<u>(286.294)</u>	<u>(191.304)</u>	<u>(286.290)</u>	<u>1.074.870</u>	<u>1.287.675</u>
Amazonbio Ind. e Com.	99,67%	99,67%	(216)	-	(21.788)	-	(21.716)	-	(215)	-
Amazonbio - Acre Indústria	99,99%	99,99%	(832)	(829)	(1)	50	(1)	50	(832)	(829)
Amazonbiodiesel Indústria	99,99%	99,99%	(4.261)	(4.200)	(61)	(328)	(61)	(327)	(4.261)	(4.201)
BBF Agroindustrial	99,99%	99,99%	(12.151)	(9.660)	(2.490)	(6.236)	(2.490)	(6.235)	(12.150)	(9.659)
Brasil Bio Fuels Pará II S.A.	100,00%	100,00%	(5.118)	(2.822)	(2.297)	(2.469)	(2.297)	(2.469)	(5.118)	(2.822)
Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda.	100,00%	100,00%	(7.840)	(2.515)	(5.326)	(2.418)	(5.326)	(2.418)	(7.840)	(2.515)
BBF São João da Baliza	100,00%	100,00%	(109)	-	(110)	-	(110)	-	(109)	-
BBF Energia Acre	100,00%	100,00%	(3)	-	(4)	-	(4)	-	(1)	-
BBF Transportes Fluviais Ltda.	100,00%	100,00%	(64)	(56)	(8)	(31)	(5)	(31)	(63)	(56)
			<u>(30.594)</u>	<u>(20.082)</u>	<u>(32.085)</u>	<u>(11.432)</u>	<u>(32.010)</u>	<u>(11.430)</u>	<u>(30.589)</u>	<u>(20.082)</u>
			<u>1.044.276</u>	<u>1.267.664</u>	<u>(223.389)</u>	<u>(297.726)</u>	<u>(223.314)</u>	<u>(297.720)</u>	<u>1.044.281</u>	<u>1.267.593</u>

b) Movimentação:

	2024	2023
Saldo inicial	1.267.593	1.565.308
Outras transações	2	4
Equivalência patrimonial	<u>(223.314)</u>	<u>(297.719)</u>
Saldo final	<u>1.044.281</u>	<u>1.267.593</u>

c) Informações adicionais sobre as investidas:

Itens	2024											
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazonbiodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF Pará II	BBF Ethanol	BBF Transportes	BBF RIC	BBF SJB	BBF Energia do Pará	BBF Energia Acre
Ativo	289.203	1	118.050	19.328	1.271.331	36.500	328.137	2	2.000.314	3	2	3.833
Passivo	289.419	832	122.311	31.479	196.463	41.618	335.978	66	728.984	112	-	3.836
Patrimônio líquido (negativo)	(216)	(831)	(4.261)	(12.151)	1.074.868	(5.118)	(7.841)	(64)	1.271.330	(109)	2	(3)
Receita operacional líquida	132.465	-	-	115	-	-	-	-	375.606	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(96.524)	-	-	(1.801)	-	-	-	-	(434.104)	-	-	-
Despesas operacionais	(25.714)	(1)	(29)	(756)	(191.305)	-	-	(8)	(84.069)	(108)	-	(5)
Despesa financeira	(32.094)	-	(31)	(52)	-	(2.295)	(5.327)	-	(51.081)	(2)	1	1
Receita financeira	82	-	-	5	-	(2)	1	-	2.367	-	-	-
Prejuízo do período	(21.785)	(1)	(60)	(2.489)	(191.305)	(2.297)	(5.326)	(8)	(191.281)	(110)	1	(4)

Itens	2023									
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazonbiodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF Pará II	BBF Ethanol	BBF Transportes	BBF RIC	
Ativo	141.190	-	5.993	20.052	1.462.636	30.280	13.262	1	1.781.974	
Passivo	119.616	829	10.193	29.712	196.463	33.102	15.777	57	319.360	
Patrimônio líquido (negativo)	21.574	(829)	(4.200)	(9.660)	1.266.173	(2.822)	(2.515)	(56)	1.462.614	
Receita operacional líquida	130.953	-	-	3.040	-	-	-	-	629.409	
Custo dos produtos vendidos	(95.950)	-	-	(6.114)	-	-	-	-	(682.084)	
Despesas operacionais	(20.092)	(51)	(323)	(3.146)	(285.021)	(559)	(394)	(28)	(69.110)	
Despesa financeira	(14.510)	56	(5)	(16)	-	(1.910)	(2.786)	(3)	(18.788)	
Receita financeira	512	45	-	-	-	-	762	-	1.834	
Imposto de renda e contribuição social	(2.186)	-	-	-	-	-	-	-	(146.281)	
Lucro (prejuízo) do semestre	(1.273)	50	(328)	(6.236)	(285.021)	(2.469)	(2.418)	(31)	(285.020)	

15. IMOBILIZADO

	Controladora							Total	
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Imobilizado em andamento		Adiantamento fornecedores (i)
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	20%	-	-	-	
<u>Custo</u>									
Em 1º de janeiro de 2023	81.304	4.201	1.050	133.866	4.683	139.253	185.204	75.308	624.869
Adições	28	3.784	216	9.765	2.504	28.425	126.517	2.011	173.250
Baixas	(14)	(21)	(61)	-	-	-	(7.226)	(17.147)	(24.469)
Transferências	101.675	(3.604)	147	39.355	-	-	(142.406)	-	(4.833)
Em 31 de dezembro de 2023	182.993	4.360	1.352	182.986	7.187	167.678	162.089	60.172	768.817
Adições	-	-	-	-	-	-	10.639	-	10.639
Baixas	-	(44)	(53)	(0)	-	-	-	(9.979)	(10.076)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	182.993	4.316	1.299	182.986	7.187	167.678	172.728	50.193	769.380
<u>Depreciação</u>									
Em 1º de janeiro de 2023	(7.019)	(653)	(213)	(7.295)	(2.348)	-	-	-	(17.528)
Baixas	-	11	-	2	-	-	-	-	13
Adições	(3.474)	(533)	(111)	(14.114)	(724)	-	-	-	(18.956)
Em 31 de dezembro de 2023	(10.493)	(1.175)	(324)	(21.407)	(3.072)	-	-	-	(36.471)
Adições	(5.129)	(595)	(118)	(15.989)	(928)	-	-	-	(22.759)
Baixas	-	20	-	0	-	-	-	-	20
Transferência para custo de formação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(15.622)	(1.750)	(442)	(37.396)	(4.000)	-	-	-	(59.210)
<u>Valor residual líquido</u>									
Em 31 de dezembro de 2023	172.500	3.185	1.028	161.579	4.115	167.678	162.089	60.172	732.346
Em 31 de dezembro de 2024	167.371	2.566	857	145.590	3.187	167.678	172.728	50.193	710.171

(i) Saldo referente substancialmente aos projetos Híbrido forte - Biomassa e Híbrido forte Óleo que somam o total de R\$45.480.

	Consolidado								
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	20%	-	-	-	
Custo									
Em 1º de janeiro de 2023	433.868	23.150	12.988	676.855	29.757	383.277	258.238	97.105	1.915.238
Adições	28	6.217	757	29.440	4.097	28.437	207.510	2.358	278.844
Baixas	(13)	(142)	(77)	(4.546)	(1.991)	(7)	(7.262)	(24.896)	(38.934)
Transferências	148.121	(2.324)	128	66.602	32	-	(218.061)	669	(4.833)
Em 31 de dezembro de 2023	582.004	26.901	13.796	768.351	31.895	411.707	240.425	75.236	2.150.315
Adições	-	-	-	-	-	-	18.682	-	18.682
Baixas	-	(285)	(152)	(13.132)	(987)	-	-	(12.285)	(26.841)
Em 31 de dezembro de 2024	582.004	26.616	13.644	755.219	30.908	411.707	259.107	62.951	2.142.156
Depreciação									
Em 1º de janeiro de 2023	(97.076)	(15.102)	(8.922)	(339.808)	(18.861)	-	-	-	(479.769)
Baixas	-	119	4	3.996	1.877	-	-	-	5.996
Adições	(19.534)	(2.206)	(816)	(51.594)	(2.803)	-	-	-	(76.953)
Em 31 de dezembro de 2023	(116.610)	(17.189)	(9.734)	(387.406)	(19.787)	-	-	-	(550.726)
Adições	(22.559)	(2.487)	(682)	(46.960)	(3.081)	-	-	-	(75.769)
Baixas	-	229	110	4.602	987	-	-	-	5.928
Em 31 de dezembro de 2024	(139.169)	(19.447)	(10.306)	(429.764)	(21.881)	-	-	-	(620.567)
Ativos mantidos para venda dez/23	(8.177)	(76)	(50)	(7.910)	-	(1.100)	(55)	(350)	(17.718)
Ativos mantidos para venda dez/24	(7.912)	(64)	(46)	(6.992)	-	(1.100)	(51)	(350)	(16.515)
Valor residual líquido									
Em 31 de dezembro de 2023	457.217	9.636	4.012	373.035	12.108	410.607	240.370	74.886	1.581.871
Em 31 de dezembro de 2024	434.923	7.105	3.293	318.463	9.027	410.607	259.056	62.601	1.505.074

A Companhia e suas controladas concederam bens do ativo imobilizado como qualquer garantia.

Perdas pela não recuperabilidade de Imobilizado e Intangíveis de vida útil definida (“impairment”)

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 e a norma internacional IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos de vida útil definida, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração revisou o valor contábil líquido do imobilizado e identificou eventos ou mudanças principalmente relacionadas a fatores climáticos ocorridos em 2024, realizou a análise conforme premissas apresentadas na Nota 3 (e) e concluiu a não indicação de deterioração ou perda de seu valor recuperável.

16. PLANTAS PORTADORAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Custo</u>				
Saldo em 1º de janeiro	163.066	130.557	957.812	925.303
Adições (i)	5.633	32.509	5.633	32.509
Saldo final	<u>168.699</u>	<u>163.066</u>	<u>963.219</u>	<u>957.812</u>
<u>Depreciação</u>				
Saldo em 1º de janeiro	(6.352)	(4.183)	(242.676)	(213.961)
Adições	<u>(2.514)</u>	<u>(2.169)</u>	<u>(29.095)</u>	<u>(28.715)</u>
Saldo final	<u>(8.866)</u>	<u>(6.352)</u>	<u>(271.771)</u>	<u>(242.676)</u>
Valor residual líquido	<u>159.833</u>	<u>156.714</u>	<u>691.674</u>	<u>715.136</u>

(i) São considerados os gastos necessários para manutenção do plantio como mão de obra funcionários, transporte de insumos e manutenção.

17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO

Na adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/norma internacional IFRS 16, a Companhia registrou o arrendamento de geradores de energia que vigoram por período de 15 (quinze) anos, podendo ser renovado ou não por um período não estipulado em contrato.

Foram contabilizados os valores correspondentes aos contratos vigentes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes.

O reconhecimento inicial do direito de uso do ativo está mensurado pelo custo a incorrer trazido a valor presente à taxa de 14,34% ao ano, que a administração da Companhia avaliou e entendeu que seria a melhor taxa levando em consideração o cenário atual que a Companhia está exposta. O custo compreende o valor da mensuração inicial. e a amortização desses saldos se dará conforme prazos definidos nos contratos de arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Consolidado	
	2024	2023
<u>Custo</u>		
Saldo inicial	44.298	58.195
Baixas	-	(13.897)
Saldo final	<u>44.298</u>	<u>44.298</u>
<u>Depreciação</u>		
Saldo inicial	(29.532)	(17.039)
Adições	(7.383)	(7.383)
Baixas	-	(5.110)
Saldo final	<u>(36.915)</u>	<u>(29.532)</u>
Valor residual líquido	7.383	14.766

Arrendamento

A Companhia reconhece as obrigações decorrentes de seus arrendamentos, anteriormente denominados "leasings". Os passivos foram reconhecidos pelos saldos a pagar remanescentes, sem adição de PIS/COFINS, visto que não há recuperabilidade do mesmo, mensurados ao valor presente pela taxa de desconto incremental aplicada nos contratos de arrendamento a alíquota de 14,34% ao ano.

Movimentação do arrendamento:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo 1º de janeiro	19.116	52.269
Juros incorridos	3.066	4.969
Principal pago	(8.878)	(2.321)
Juros pagos	(3.066)	(8.730)
Efeito renegociação comercial	-	(27.071)
Saldo final	<u>10.238</u>	<u>19.116</u>
Circulante	10.238	11.051
Não circulante	-	8.065

A previsão dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos a pagar, líquido e bruto de juros a incorrer, para o Consolidado é como segue:

	Valores líquidos de juros	Valor bruto com juros a incorrer
Previsão de pagamentos		
2025	<u>10.238</u>	<u>11.388</u>
	<u>10.238</u>	<u>11.388</u>

Efeito de inflação

A Companhia, em plena conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/norma internacional IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo pronunciamento técnico CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, amortização e despesa financeira. A companhia estima uma taxa de 5,00% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no período findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado	
	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	7.383	7.752
Passivo de arrendamento	10.238	10.749
Despesa de amortização	(7.383)	(7.752)
Despesas financeiras	(3.066)	(3.219)

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Materiais	20.766	34.765	53.612	87.717
Ativo fixo	148	7.413	393	8.769
Utilidades e serviços	55.219	21.583	195.448	90.607
Outros	155	-	27.496	903
Total	<u>76.288</u>	<u>63.761</u>	<u>276.949</u>	<u>187.996</u>
Circulante	51.705	63.761	208.639	187.996
Não circulante	24.583	-	68.310	-

Em 31 de dezembro de 2024 existe o montante R\$101.026 de fornecedores em abertos aos quais não foram pagos dentro do prazo de vencimento, sobre os quais foram provisionados juros no montante de R\$11.001. A Companhia concluiu a renegociação de R\$79.163 até 31 de dezembro de 2024. Tendo o pagamento do objeto de confissão alongado em pelos menos 12 meses da data do acordo e condições similares aquelas originalmente negociadas.

19. DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Debêntures	Indexador	Juros médios a.a.	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2024	2023	2024	2023
1ª emissão	CDI	7,90%	21/03/29	131.117	50.454	131.117	50.454
2ª emissão - B	CDI	6,75%	15/04/27	33.935	31.115	33.935	31.115
2ª emissão - A	IPCA	14,00%	15/04/27	50.252	115.622	50.252	115.622
Total				<u>215.304</u>	<u>197.191</u>	<u>215.304</u>	<u>197.191</u>
Circulante				3.451	197.191	3.451	197.191
Não Circulante				211.853	-	211.853	-

Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	197.191	197.068	197.191	197.068
Captações	-	-	-	-
Juros incorridos (i)	57.295	36.338	57.295	36.338
Principal pago	-	(4.583)	-	(4.583)
Juros pagos	(39.182)	(31.632)	(39.182)	(31.632)
Saldo final	<u>215.304</u>	<u>197.191</u>	<u>215.304</u>	<u>197.191</u>

- (i) A Companhia não efetuou o pagamento de juros no período de 2024 no montante de R\$2.081, aos quais a Companhia deveria ter pago conforme obrigação contratual. A Companhia teve o vencimento antecipado declarado e, em 24 de setembro de 2024, foi realizado o aditamento das Debêntures, incluindo novos termos.

Em 17 de outubro de 2024 foi realizado a Assembleia Geral de Debenturistas “AGD”, ao qual ratificou o 4º aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, que incluem novos termos, incluindo carência de 2 anos, com prazo de pagamento até 2031, juros e condições melhores que as originalmente contratadas e incluindo definição de novos *covenants* financeiros e não financeiros. Até a data de emissão destas informações trimestrais, conforme nota explicativa nº 35, a Companhia teve a aprovação do cumprimento das condições precedentes de reestruturação na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 14 de março de 2025, condições válidas a partir dessa data. Além disso, não houve ganhos/perdas ou impacto contábil relevante a serem reconhecidos as demonstrações financeiras em razão das condições do novo acordo.

Cumprimento de cláusula contratual restritiva (“covenants”)

Os índices financeiros são verificados em base semestral e anual, estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes que compreendem a relação de dívida líquida/“Ebtida”, índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) e índice de cobertura da do serviço da dívida. A Companhia não está sujeita ao cumprimento de *covenants* financeiros em 31 de dezembro de 2024, somente sendo válidos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atendeu o índice de liquidez corrente, ambos ficaram abaixo do estipulado. A Companhia não obteve “waiver” para o não cumprimento das cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, valor da dívida está sendo apresentado no passivo circulante no saldo comparativo.

Os contratos das debêntures possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado relacionados ao “Cross Default”.

Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem como vencimento em 24 de dezembro de 2029.

	<u>Controladora</u> <u>2024</u>
2029	211.853

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Linha	Indexador	Juros	Controladora		Consolidado	
		médios a.a.	2024	2023	2024	2023
Capital de Giro (i)	CDI	De 2,43% a 35,15%	337.303	316.413	392.463	374.788
Finame	Selic BNDES	De 4,65% a 5,10%	861	640	15.082	16.348
Financiamento	-	De 12,25% a 16,63%	37.639	34.445	37.639	44.886
Máquinas e Equipamentos	Selic	DE 16,50% a 20,27%	4.974	6.246	48.887	36.038
Aria Capital	US\$	15,00%	-	-	15.521	10.682
Henri Denterghem	Selic	12,75%	51.666	46.805	51.666	46.805
Cédula Produtor Rural (CPR)	CDI	4,95%	-	-	5.480	6.716
Total (ii) e (iii)			<u>432.443</u>	<u>404.549</u>	<u>566.738</u>	<u>536.263</u>
Circulante			322.603	157.365	380.094	251.003
Não Circulante			109.840	247.184	186.644	285.260

- (i) Do referido montante, cerca de R\$266.363 refere-se ao contrato junto ao Banco da Amazônia (BASA), em 14 de dezembro de 2023 foi aditado e o vencimento passou para 20 de janeiro de 2025, mantendo-se as demais cláusulas conforme contrato anterior. A Companhia contratou seguro garantia e carta fiança com terceiros para suportar a operação junto ao BASA. Em razão do não cumprimento de determinadas obrigações não pecuniárias por parte da Companhia, o credor declarou o vencimento antecipado do crédito e por meio de uma ação jurídica executou a garantia existente junto ao banco fiador, recebendo o montante devido satisfazendo o crédito executado naquela ação. Tendo em vista o pagamento, o banco fiador se sub-rogou em todos os direitos decorrentes do contrato de empréstimo. A operação com o banco fiador é garantida por seguro garantia, o qual vem sendo discutido entre o banco fiador, na qualidade de afiançado, e a empresa garantidora, na qualidade de fiadora, pois houve recusa de honra por parte da fiadora no cumprimento da obrigação assegurada. Em 2 de setembro de 2024, a Companhia foi notificada pelo banco fiador para realizar o pagamento da dívida, que foi respondida em 6 de setembro de 2024, esclarecendo a situação atual da companhia e propondo uma agenda entre os envolvidos para buscar uma solução para as questões relacionadas as dúvidas quanto aos terceiros. Em 30 de setembro de 2024, o banco fiador enviou uma nova notificação à BBF, reiterou a cobrança realizada anteriormente. Essa notificação foi respondida pela BBF no dia 10 de outubro de 2024. Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia não obteve retorno. Vide nota nº 35 – Eventos subsequentes, em 24 de janeiro de 2025 a Companhia foi citada no processo de execução.
- (ii) Corresponde substancialmente a renegociação de endividamentos no valor de R\$200.391, tendo o pagamento do principal alongado em pelos menos 12 meses da data do acordo e condições similares aquelas originalmente negociadas e não há cláusulas de “cross-default” nos contratos renegociados.
- (iii) Os credores possuem garantias dos fluxos de caixa derivado dos recebíveis presentes e futuros relacionados aos ativos das principais Usinas Termelétricas (UTES).

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	404.549	297.421	536.263	380.565
Henri(iii)	-	44.598	-	44.598
Captações (i)	1.860	148.853	1.910	246.076
Principal pago	(34.368)	(95.156)	(57.726)	(149.640)
Juros incorridos	68.327	62.786	99.115	80.091
Juros pagos (ii)	(7.925)	(53.953)	(12.824)	(65.427)
Saldo final	<u>432.443</u>	<u>404.549</u>	<u>566.738</u>	<u>536.263</u>

- (i) A Companhia captou valores para continuar o seu plano de investimentos representado pelos projetos UTE de São João da Baliza, Extrusora de soja no Pará e outros.
- (ii) A Companhia não efetuou o pagamento de juros no período de 2024 no montante de R\$13.330, aos quais a Companhia deveria ter pago conforme obrigação contratual.
- (iii) Em 30 de junho de 2023, os familiares do Sr. Henri Denterghem, que detinham as ações, transferiram 100% de suas ações e por esse motivo o saldo em aberto deixou de ser partes relacionadas.

Prazo de vencimento

O montante classificado com não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2024	
2026	1.286	4.016
2027	14.191	28.764
2028	10.389	20.207
2029 em diante	83.974	133.657
Total	<u>109.840</u>	<u>186.644</u>

Cumprimento de cláusula contratual restritiva (“covenants”)

Os contratos dos empréstimos e financiamentos não estão sujeitos a cláusula restritiva (“covenants”) financeiros. Ainda, os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem vencimento antecipado relacionado ao “Cros default”.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recolher	6.306	5.220	12.697	9.730
Parcelamentos	2.648	8.972	5.036	24.462
INSS sobre receita	878	141	5.633	4.188
PIS e COFINS a recolher	10.910	1.315	18.960	3.087
ISS a recolher	457	269	6.973	2.552
INSS a recolher	6.303	203	17.951	1.348
Outros	257	174	5.612	598
Total	27.759	16.294	72.862	45.965
Circulante	25.536	4.057	65.572	18.249
Não circulante	2.223	12.237	7.290	27.716

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ordenados e Salários a Pagar	2.138	2.405	8.836	9.870
Provisão de férias e encargos	9.330	3.913	22.862	16.856
INSS a recolher	9.706	1.188	22.085	4.937
FGTS a recolher	3.922	753	14.858	3.169
IRRF a recolher	3.257	446	4.403	1.267
Total	28.353	8.705	73.044	36.099
Circulante	28.353	8.705	73.044	36.099

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Devolução de créditos tributários (i)	-	-	120	5.592
Aquisição de terras	36.416	25.548	36.416	25.548
Gastos com P&D energia (ii)	1.251	597	4.752	3.478
Outras provisões	4.354	4.315	13.450	8.161
Total	42.021	30.460	54.738	42.779
Circulante	41.111	11.228	50.241	15.069
Não circulante	910	19.232	4.497	27.710

(i) Obrigação de devolução de créditos tributários junto à Vale S.A.

(ii) Composto basicamente por seguros a pagar e outras provisões diversas.

24. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	788	16	43.320	29.223
Ambiental	106	-	174	70
Cível	337	-	873	568
Total	<u>1.232</u>	<u>16</u>	<u>44.367</u>	<u>29.861</u>

Movimentação da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo 1º de janeiro	16	-	29.861	30.731
Adições	4.969	16	20.102	-
Reversões	(3.753)	-	(5.596)	(870)
Saldo final	<u>1.232</u>	<u>16</u>	<u>44.367</u>	<u>29.861</u>

- (i) As reversões são decorrentes da finalização dos processos para os quais o Grupo liquidou em caixa as causas e com isso reverteu a provisão existente.

Referente as causas trabalhistas, em geral, os reclamantes são ex-colaboradores da área agrícola e da indústria. Essas reclamações são divididas principalmente nas seguintes categorias:

- (i) horas extra excessivas.
- (ii) bônus de risco à saúde.
- (iii) subsídio adicional para trabalho noturno.
- (iv) reembolso de honorários advocatícios.
- (v) indenizações por danos morais. Uma reivindicação pode ter uma ou mais categorias.

Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

As demandas judiciais não registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de natureza ambiental, tributária, cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam no Grupo o total demonstrado abaixo:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista (i)	1.540	89	187.308	123.285
Ambiental	423	211	1.803	367
Administrativo (ii)	76.097	66.017	93.154	72.445
Cível	58.473	13.794	86.019	25.853
Tributário	822	794	10.495	5.844
Total	137.355	80.905	378.779	227.794

- (i) A Companhia realizou a revisão dos prognósticos dos processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2024, da qual não há impactos contábeis.
- (ii) A BBF S.A. tem processos administrativos ainda sem julgamento definitivo na esfera administrativa, substancialmente movidos pela ANEEL, no montante de R\$76.721 mil em que o empreendedor é questionado sobre os atrasos de cronograma na implantação de projetos de geração de energia.

Abaixo descrevemos os processos possíveis relevantes:

A controlada BBF RIC tem diversos processos trabalhistas no montante de R\$185.518 e são reclamações relacionadas principalmente a adicional de insalubridade, dano moral por suportas instalações sanitárias inadequadas e/ou ausência de local adequado para as refeições, horas extras, além de intervalo obrigatório do trabalhador rural.

A controlada BBF RIC tem 10 processos cíveis no montante de R\$27.339 e são ações judiciais que pedem a rescisão contratual devido a descumprimento de contrato.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.032.723 (um bilhão, trinta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil reais), divididos em 6.055.973 (seis milhões, cinquenta e cinco mil e novecentos e setenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2024	%	2023	%
Sócrates Participação S.A.	5.159.083	85,19%	5.381.943	88,87%
J.C Investimentos Ltda.	273.124	4,51%	546.854	9,03%
Santa Heloisa Administradora de Bens e Agro. Ltda.	273.124	4,51%	-	-
Marina Born de Engels	223.465	3,69%	-	-
Marina Lagreca	76.305	1,26%	76.305	1,26%
Jadir Teixeira Barbosa	42.392	0,70%	42.392	0,70%
Waldir Roberto Moraes Coelho	8.478	0,14%	8.479	0,14%
Total	6.055.973		6.055.973	

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% de lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de incentivos fiscais

A constituição da reserva de subvenção deu-se após a confirmação pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep de que o projeto de desenvolvimento de catalisador foi devidamente comprovado e aprovado, através da reversão da conta "Projetos e financiamentos - Finep" - Créditos a receber para aplicação de projetos no valor de R\$7.405 mil. O enquadramento como subvenção possibilita a não tributação dos incentivos pelo Imposto de Renda, mediante reconhecimento do montante não tributado em reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Nos termos da legislação tal reserva não pode ser utilizada para distribuição de dividendos, só podendo ser utilizada para as finalidades expressamente indicadas acima.

Reserva de orçamento de capital

Em AGE realizada em 11 de dezembro de 2023, os acionistas da companhia representando 100% (cem por cento) do seu capital social aprovaram, com base no art. 196 da Lei nº 6.404/76, a retenção de parte do lucro apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, de 2021 e de 2020. Referido montante, somado aos lucros auferidos em exercícios anteriores, constituem a reserva de orçamento de capital.

Reserva especial

Em AGE realizada em 11 de dezembro de 2023, os acionistas da companhia representando 100% (cem por cento) do seu capital social aprovaram, com base no art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, a retenção de parte do lucro apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, de 2021 e de 2020. Referido montante, mensurado com base no estatuto vigente à época, constituem a reserva especial.

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que dos resultados apurados serão deduzidos inicialmente os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social. Será distribuído como dividendo obrigatório 10% do lucro remanescente ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Companhia por Ações, exceto se decidido diferente, de forma unânime, em Assembleia de Acionistas.

d) Prejuízo por ação

O Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o período. Não houve efeitos diluidores no exercício.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do período	(448.233)	(347.160)
Média ponderada do número de ações no período	<u>6.055.973</u>	<u>6.055.973</u>
Prejuízo do período por ação - em Reais	<u>(74,02)</u>	<u>(57,33)</u>

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda de produtos e serviços	22.086	23.980	418.012	709.301
Venda de energia elétrica	110.435	80.397	245.680	210.398
	<u>132.521</u>	<u>104.377</u>	<u>663.692</u>	<u>919.699</u>
Devolução de vendas	(8.888)	(460)	(13.605)	(4.953)
Impostos sobre vendas	(11.975)	(8.898)	(36.563)	(43.084)
Fretes sobre vendas	(271)	(1.211)	(5.078)	(25.966)
	<u>(21.134)</u>	<u>(10.660)</u>	<u>(55.246)</u>	<u>(74.003)</u>
Total	<u>111.387</u>	<u>93.717</u>	<u>608.446</u>	<u>845.696</u>

O grupo possui três clientes que tem concentração acima de 10%.

- (i) O cliente Oleoplan Para e NE Industria de Biocombustível Ltda. tem contrato de compra de Óleo de Palma, vigente por 60 meses, para os quais está definido o volume a ser produzido e fornecido. Em 31 de dezembro de 2024 do saldo de R\$93.903 (em 31 de dezembro de 2023 R\$97.877) classificado como adiantamento de clientes, a Oleoplan representa 97,54%, para os quais existe cronograma de remessa da mercadoria. A Companhia celebrou os Aditamentos aos Contratos de Fornecimento de Óleo de Palma, de forma a renegociar o saldo em aberto dos aditamentos, com vencimento em janeiro de 2031, bem como o fornecimento de Óleo até fevereiro de 2032.
- (ii) O cliente M Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos tem contrato de fornecimento anual de Óleo de Palma com vencimento em dezembro de 2024.
- (iii) O cliente Roraima Energia, grupo Energisa e Amazonas Energia consomem 100% da energia gerada, estipulada nos leilões para concessão de energia, que tem prazo de duração de trinta anos.

A Administração entende não haver risco de perda de receita devido essa concentração, estando segura de que a produção do Óleo de Palma e Energia podem ser direcionados para outros clientes.

27. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Mão de obra		(47.358)	(46.715)	(181.911)	(267.729)
Materiais		(77.547)	(7.542)	(163.201)	(107.082)
Utilidades		(74.245)	(86.687)	(191.597)	(211.595)
Despesas compartilhadas	13	45.845	43.463	-	-
Reembolso gastos - Vale		-	-	-	-
Depreciação e amortização		(37.801)	(21.771)	(291.989)	(401.548)
Outras		4.736	47.240	10.311	49.823
Total		<u>(186.370)</u>	<u>(71.702)</u>	<u>(818.388)</u>	<u>(938.131)</u>

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Apresentadas como:					
Custos dos produtos e serviços vendidos		(169.287)	(118.636)	(690.590)	(891.361)
Despesas gerais e administrativas		(3.653)	(23.270)	(63.092)	(92.170)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(13.430)	70.204	(64.706)	45.400
Total		(186.370)	(71.702)	(818.388)	(938.131)

(i) Substancialmente referente a provisão de contingências e baixas de estoque não recorrentes.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas Financeiras				
Despesas bancárias	(8.544)	(3.099)	(9.891)	(4.325)
Empréstimos e financiamentos	(68.327)	(62.786)	(99.115)	(80.091)
Debêntures	(57.295)	(36.338)	(57.295)	(36.338)
Arrendamento	-	-	(3.066)	(4.969)
Renegociação credores	(4.911)	-	(11.423)	-
Provisão juros Fornecedores	(3.617)	-	(13.464)	-
Juros e multas	(6.217)	(5.422)	(23.153)	(11.880)
Antecipação títulos	-	-	(20.927)	(5.483)
Juros de empréstimos capitalizados	-	35.802	-	35.802
Outras despesas	(1.075)	(1.026)	(2.533)	(3.547)
Total	(149.986)	(72.869)	(240.867)	(110.831)
Receitas Financeiras				
Descontos obtidos	-	425	-	3.227
Receita de aplicação financeira	56	986	144	549
Outras receitas financeiras	(6)	2	2.358	790
Total	50	1.413	2.502	4.566

29. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total do passivo e participação dos não controladores	1.127.406	949.409	1.628.728	1.390.697
Total do caixa e equivalentes de caixa	(154)	(32.145)	(5.273)	(44.302)
Total depósitos bancários vinculados	22	(2.631)	22	(2.631)
(=) Dívida líquida (A)	<u>1.127.274</u>	<u>914.633</u>	<u>1.623.477</u>	<u>1.343.764</u>
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	<u>957.077</u>	<u>1.405.248</u>	<u>957.077</u>	<u>1.405.248</u>
	117,78%	65,09%	169,63%	95,62%

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais.

30.1. Instrumentos financeiros por categoria

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivo mensurado ao custo amortizado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.273	44.302	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	22	2.631	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	35.090	37.804	-	-
Instrumentos financeiros ativo	<u>5.295</u>	<u>46.933</u>	<u>35.090</u>	<u>37.804</u>	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	276.949	187.996
Partes relacionadas a pagar	-	-	-	-	325	1.045
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	566.738	536.263
Debêntures	-	-	-	-	165.879	197.191
Arrendamento	-	-	-	-	10.238	19.116
Passivos financeiros	-	-	-	-	<u>1.020.129</u>	<u>941.611</u>

Os instrumentos financeiros referentes a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Não houve transferências entre níveis a serem consideradas no período de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

b) Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Risco de mercado

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita), o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e do saldo de caixa em moeda estrangeira. A Companhia tem contrato de empréstimos em moeda estrangeira US\$1.800 mil sendo as demais contas de ativo e passivo todas controladas na moeda local (Real).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	154	32.145	5.273	44.302
Depósitos bancários vinculados	22	2.631	22	2.631
Contas a receber	13.482	9.548	35.090	37.804
Total	<u>13.658</u>	<u>44.324</u>	<u>40.385</u>	<u>84.737</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	432.443	404.549	566.738	536.263
Debêntures	215.304	197.191	215.304	197.191
Outras obrigações	42.083	30.460	54.803	42.779
Partes relacionadas a pagar	272.120	207.016	325	1.045
Total	<u>961.950</u>	<u>839.216</u>	<u>837.170</u>	<u>777.278</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos derivativos e não derivativos na data de relatório, vide quadro abaixo, em que a exposição líquida a taxa de juros em 31 de dezembro de 2024 era de R\$744.268 mil.

Para tais passivos com taxas de juros variáveis (taxa CDI), a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. A Companhia, baseada na expectativa do Boletim Focus e suportado também pela expectativa expressa nos relatórios de projeções dos principais bancos do país, não espera que a apreciação na taxa DI seja razoavelmente possível em breve, e, portanto, não considerou cenários nesse sentido. Logo, as taxas destacadas nos três cenários abaixo são usadas ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros.

Cenário I - Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras.

Cenário II - Corresponde a alteração de 10% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário I, tendo em vista o julgamento da Administração e indicadores econômicos disponíveis.

Cenário III - Corresponde a alteração de 20% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário II, tendo em vista o julgamento da Administração.

(i) Referente a financiamentos com taxa fixa sem exposição de variação de indexadores.

Instrumentos	Exposição 31.12.2024	Risco	Provável		Apreciação de taxas				Depreciação das taxas			
					Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%		Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros												
Debêntures	165.053	CDI	10,84	17.892	11,92	19.674	13,01	21.473	9,76	16.109	8,67	14.310
Debêntures	50.251	IPCA	4,87	2.447	5,36	2.694	5,84	2.935	4,38	2.201	3,90	1.960
Empréstimos - Henri	51.666	Selic	12,75	6.587	14,03	7.249	15,30	7.905	11,47	5.926	10,20	5.270
Empréstimos - Aria em USD	15.521	US\$	5,44	9.792	5,98	10.764	6,53	11.754	4,90	8.820	4,35	7.828
Empréstimos	15.082	Selic	12,75	1.923	14,03	2.116	15,30	2.308	11,47	1.730	10,20	1.538
Empréstimos	397.943	CDI	10,84	43.137	11,92	47.435	13,01	51.772	9,76	38.839	8,67	34.502
Empréstimos	48.887	TJLP	7,43	3.632	8,17	3.997	8,92	4.361	6,69	3.266	5,94	2.904
Total	<u>744.404</u>			<u>85.410</u>		<u>93.929</u>		<u>102.508</u>		<u>76.891</u>		<u>68.312</u>
Financiamentos sem exposição	37.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos financeiros	<u>782.043</u>			<u>85.410</u>		<u>93.929</u>		<u>102.508</u>		<u>76.891</u>		<u>68.312</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						8.519		17.098		(8.519)		(17.098)

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos (contas a receber), dos adiantamentos a fornecedores (nota explicativa nº 10) e seu caixa e equivalentes de caixa. Para atenuar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor, bem como exige garantias, principalmente notas promissórias (para clientes que avalia serem de maior risco).

A Companhia entende que o risco de crédito está coberto com a política de contabilização da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa e procedimentos de gerenciamento de risco. As contas a receber por idade de vencimento e as eventuais perdas esperadas estão demonstradas na nota explicativa nº 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez são de garantir, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Empréstimos e financiamentos	432.443	404.549	566.738	536.263
Debêntures	215.304	197.191	215.304	197.191
Fornecedores	76.288	63.761	276.949	187.996
Partes relacionadas a pagar	272.120	207.016	325	1.045
Adiantamento de clientes	1.622	1.335	117.732	97.877
Outras obrigações	42.083	30.460	54.803	42.779
Arrendamento	-	-	10.238	19.116
Total	1.039.860	904.312	1.242.089	1.082.267
Circulante	420.495	430.880	676.492	744.840
Não Circulante	619.368	473.432	565.597	337.427

A seguir estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados e excluindo impacto dos acordos de compensação:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>12 meses</u>	<u>> 12 meses</u>
<u>Consolidado</u>				
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	566.738	844.278	400.628	443.650
Debêntures	215.304	640.133	40.631	599.502
Fornecedores	276.949	276.949	208.639	68.310
Partes relacionadas a pagar	325	325	24	301
Adiantamento de clientes	117.732	117.732	84.355	33.377
Outras obrigações	54.803	54.803	18.719	36.084
Arrendamento	10.238	10.238	-	10.238
Total	<u>1.242.089</u>	<u>1.944.458</u>	<u>752.996</u>	<u>1.191.462</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e perpetuação dos negócios da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esses custos financeiros relacionados.

Condizente com outras companhias do setor, a Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira são:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Empréstimos e financiamentos	432.443	404.549	566.738	536.263
Debêntures	215.304	197.191	215.304	197.191
Partes relacionadas a pagar	272.120	207.016	325	1.045
Caixa e equivalentes de caixa	(154)	(32.145)	(5.273)	(44.302)
Depósitos bancários vinculados	(22)	(2.631)	(22)	(2.631)
Dívida líquida	<u>919.691</u>	<u>773.980</u>	<u>777.071</u>	<u>687.566</u>
Total do patrimônio líquido	<u>957.015</u>	<u>1.405.248</u>	<u>957.015</u>	<u>1.405.248</u>
Índice de alavancagem	96,10%	55,08%	81,20%	48,93%

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo considera dois segmentos reportáveis, considerando os mais representativos, denominados “Energia” e “Óleo de Palma” e um segmento denominado como “Outros”. A Administração realiza a tomada de decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas com bases em relatórios que indicam os segmentos de forma consolidada, onde as transações entre as partes relacionadas são eliminadas. Assim, para melhor representar a posição e resultado de cada segmento para tomada de decisões os montantes e transações são apresentados líquidos.

O seguinte resumo descreve, conforme pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento (norma internacional IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

Energia: composto pelas operações (i) Amazonbio, (ii) Amazonbio Acre, (iii) BBF S.A. e (iv) BBF Pará II.

Óleo de Palma: composto pela operação da BBF RIC.

Outros: composto pelas operações de biodiesel, soja e transportes.

	Energia		Óleo Palma		Outros		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo	878.943	1.111.058	1.666.622	1.645.579	40.243	39.308	2.585.808	2.795.945
Passivo	863.305	825.296	552.348	509.594	213.078	55.739	1.628.734	1.390.629
Patrimônio líquido	15.638	285.762	1.114.274	1.135.985	(172.835)	(16.431)	957.074	1.405.316
Receita operacional líquida	214.113	218.110	394.218	624.546	115	3.040	608.446	845.696
Custo dos produtos vendidos	(226.230)	(179.976)	(462.559)	(705.271)	(1.801)	(6.114)	(690.590)	(891.361)
Despesas operacionais	(39.895)	(21.721)	(86.973)	(21.158)	(930)	(3.891)	(127.798)	(46.770)
Despesa financeira	(158.877)	(15.132)	(76.579)	(92.889)	(5.411)	(2.810)	(240.867)	(110.831)
Receita financeira	122	1.871	2.376	1.933	4	762	2.502	4.566
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.186)	-	(146.281)	-	-	-	(148.467)
Lucro (prejuízo) do período	(210.767)	966	(229.517)	(339.120)	(8.023)	(9.013)	(448.307)	(347.167)

32. SEGUROS

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de Responsabilidade Civil e Risco Operacional com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Para os projetos em execução (implantações das UTEs), a Companhia possui apólices de Seguro de Fiel Cumprimento (garantia de performance junto à Aneel) contratadas com vigência para todo o período de execução do projeto.

Além das apólices supracitadas, possui adicionalmente apólice específica para Responsabilidade Civil (D&O) para todos executivos e diretores da Companhia e controladas.

Todas as apólices foram contratadas com especificações: coberturas, limites, condições e prazos, considerados pela Companhia como adequados e compatíveis aos riscos inerentes ao negócio e operações, tendo vigência de 1 ano sendo renovadas periodicamente.

Coberturas	Valor
Equipamentos Agrícolas	58.907
Fiel Cumprimento	30.789
Responsabilidade Cível Geral	50.000
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	100.000
Riscos Operacionais	485.851
Seguro Garantia	229
Seguro Garantia Judicial	10.612
Total	736.388

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Adições de imobilizado e planta portadora

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram adições de ativo imobilizado no montante de R\$148 na controladora e R\$393 no consolidado no qual não houve desembolso de caixa.

Adições Ativo Biológico

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram adições de ativo Biológico no montante de R\$2.291 na controladora e R\$43.684 no consolidado no qual não houve desembolso de caixa.

34. COMPROMISSOS

A empresa Amazonbio e BBF S.A. devido comercializarem energia, devem seguir a Lei nº 9991 de 24/07/00 e Resolução 316 de 13/05/08, sendo obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento o percentual de 1% sobre a receita operacional líquida. Anualmente as empresas prestam conta a ANEEL mediante envio do relatório.

A Companhia tem contrato assinado com o cliente Oleoplan Para e NE Industria de Biocombustível Ltda. e M Dias Branco S.A., para os quais se compromete a vender a produção de óleo de palma com volumes definidos e preço.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Empréstimos

A Companhia tomou conhecimento do ajuizamento de ação de execução aforada pelo BTG Pactual Seguros S/A, a qual foi distribuída perante o MM. Juízo da 34ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, processo nº 1199263-50.2024.8.26.0100. Na petição inicial do pedido de execução não consta qualquer pedido de constrição em desfavor da Companhia. A execução é fundada em contrato de seguro firmado com o credor que tinha por objeto garantir carta fiança outorgada pelo Banco BTG Pactual S/A em favor do Banco da Amazonia S/A (“BASA”) que firmou com a Companhia contrato de empréstimo. O BASA sem qualquer vencimento pecuniário declarou o vencimento antecipado do contrato de empréstimo e imediatamente ajuizou ação de execução contra a Companhia e antes que a Companhia fosse citada dos termos da ação notificou o Banco BTG Pactual S/A para o exercício da Carta Fiança. O Banco BTG Pactual S/A honrou a fiança prestada e, conseqüentemente, se sub-rogou no crédito. Contudo, o Banco BTG Pactual S/A tinha seguro em seu favor prestado pela BTG PACTUAL SEGUROS S/A o qual foi acionado para arcar com o ressarcimento da fiança honrada. Ocorre que, a BTG PACTUAL SEGUROS S/A pôs sua vez também possui contrato de resseguro com a BEAZLEY FURLONGE LIMITED e buscou acionar referida companhia para recebimento do valor o que não foi honrado pela resseguradora. Em razão do não pagamento pela BEAZLEY a BTG PACTUAL SEGUROS S/A acionou cláusula compromissória arbitral, processo nº 1079689-33.2024.8.26.0100, distribuído junto ao MM. Juízo da 01ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem da Comarca de São Paulo/SP, iniciando o procedimento arbitral que está tramitando até a presente data. Vale destacar que o procedimento arbitral e o pedido de tutela provisória de urgência tramitam em segredo de justiça e a Companhia não é parte em nenhum dos 02 (dois) procedimentos. No curso da arbitragem a BTG PACTUAL SEGUROS S/A aforou a execução contra a Companhia que recebeu a citação aos 24 de janeiro de 2025 e opôs os seus embargos à execução aos 14 de fevereiro de 2025, processo nº 1019574-12.2025.8.26.0100. Atualmente, o processo de execução encontra-se tramitando sem qualquer constrição aos bens e direitos da Companhia e os embargos estão pendentes de recebimento pelo Juízo.

b) Aumento de Capital

A BBF Acre S.A., controlada pela Companhia e Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia LTDA (“Amazonbio”), teve aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da BBF Acre S.A., realizada em 14 de fevereiro de 2025, um aumento de capital no valor de R\$ 3.118, realizado pela Amazonbio, mediante a contribuição de ativos das Usinas Termoelétricas de Energia dos municípios de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Jordão e Santa Rosa do Purus.

c) Reestruturação da dívida da Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação (“Escritura da 2ª Emissão de Debêntures”), da Brasil Bio Fuels S.A.:

Em 24 de setembro de 2024, foi celebrado o Quarto Aditamento da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures (“Quarto Aditamento”), para (i) ceder a posição de devedora para subsidiária BBF Acre S.A., com a consecutiva assinatura do Instrumento Particular de Assunção de Dívidas, (ii) aperfeiçoamento de Garantias, com a celebração dos novos contratos de Cessão Fiduciária de Recebíveis do CCEI 217/2015 e Alienação Fiduciária das Ações de emissão da BBF Acre S.A. (“Documentos da Reestruturação”).

A validade e a eficácia dos Documentos da Reestruturação estavam condicionadas ao Cumprimento das Condições Precedentes de Reestruturação, conforme definido no Quarto Aditamento, as quais foram aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 17 outubro de 2024, reaberta e encerrada em 14 de março de 2025.
